

e, a partir daí, a metodologia foi aplicada aos demais imóveis que, de maneira geral, possuem os mesmos padrões construtivos. O critério de seleção para mensuração de imóveis de natureza especializada diferiu apenas para as Rodovias estaduais, já que foram selecionadas para mensuração apenas as rodovias não concedidas. As rodovias concedidas, por possuírem padrões construtivos que podem divergir significativamente do padrão das rodovias não concedidas, ainda estão sendo mensuradas e sua divulgação ocorrerá nos exercícios subsequentes. Espera-se uma variação patrimonial relevante em decorrência do reconhecimento dos demais bens imóveis de natureza especializada em exercícios subsequentes.

Os imóveis de natureza não especializada que tiveram seus valores mensurados nesta etapa foram selecionados tendo como base a relevância, verificada através de informações contidas no Sistema de Gerenciamento de Imóveis – SGI ou fornecidas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo. Pelos critérios definidos, foram identificados 491 imóveis individualmente relevantes, que representam, aproximadamente, 99% das áreas totais dos terrenos do Estado e 88% das áreas construídas cadastradas no referido sistema de controle patrimonial. Desses 491 imóveis, 203 foram mensurados na primeira etapa de mensuração e os demais serão mensurados nos exercícios subsequentes. Espera-se uma variação patrimonial significativa em decorrência do reconhecimento de tais ativos em exercícios subsequentes.

#### Reconhecimento do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Estado de São Paulo (RPPS)

O Estado de São Paulo avaliou e contabilizou o seu passivo atuarial no exercício de 2016, baseado nos cálculos realizados por atuário independente contratado pela SPPREV, entidade gestora do RPPS. O reconhecimento se deu em atendimento à Portaria STN nº 634/13 e à Portaria MPS nº 509/2013, conjugado ao prazo estabelecido pela Portaria STN nº 548/2015, considerando-se ainda os apontamentos contidos nos relatórios técnicos do Processo TC 3554/026/15 sobre os demonstrativos contábeis do exercício de 2015 e na recomendação do Tribunal de Contas do Estado.

O registro do passivo atuarial gerou um efeito negativo no patrimônio líquido do Estado de R\$ 658.129.347.636. As características do RPPS do Estado de São Paulo e as premissas utilizadas no cálculo atuarial encontram-se descritas no item 5.1.13.

Em razão do reconhecimento desse passivo, o Estado de São Paulo passou a apresentar situação contábil de patrimônio líquido negativo. Essa informação deve ser avaliada considerando, entre outros, os seguintes principais aspectos:

- 1- a Portaria STN 548/2015 estabeleceu prazos para a implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais que se estendem até 2022, considerando-se a complexidade no reconhecimento de ativos como os de infraestrutura; contudo este cronograma acarreta, até a sua conclusão, desequilíbrio na representação dos diversos componentes patrimoniais;
- 2- da mesma forma que o Estado de São Paulo, o reconhecimento do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência leva a uma situação de patrimônio líquido negativo em diversos entes públicos (municípios, estados e países) que já reconheceram este passivo.

#### 2.3.16 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em função do processo gradual de convergência às práticas contábeis do MCASP, algumas reclassificações de saldos foram realizadas no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentado para fins de comparação. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

| Balanço Patrimonial           | R\$ (1)        |                      |  |                          |
|-------------------------------|----------------|----------------------|--|--------------------------|
|                               | 31/12/2015     | Reclassificações     |  | 31/12/2015 Reapresentado |
| <b>Ativo Circulante</b>       |                |                      |  |                          |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 22.262.123.100 | 9.796.240 (a)        |  | 22.271.919.340           |
| <b>Passivo Circulante</b>     |                |                      |  |                          |
| Fornecedores e Contas a Pagar | 7.873.477.317  | 239.832.741 (a)+(b)  |  | 8.113.310.058            |
| Demais Obrigações             | 7.552.693.516  | (230.036.501) (b)    |  | 7.322.657.015            |
| <b>Passivo Não Circulante</b> |                |                      |  |                          |
| Fornecedores e Contas a Pagar | -              | 18.528.468.467 (c)   |  | 18.528.468.467           |
| Demais obrigações             | 23.173.217.539 | (18.528.468.467) (c) |  | 4.644.749.072            |

| Demonstração dos Fluxos de Caixa                          | R\$ (1)         |                  |                          |
|---|-----------------|------------------|--------------------------|
|   | 31/12/2015      | Reclassificações | 31/12/2015 Reapresentado |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>        |                 |                  |                          |
| <b>Desembolsos</b>  |                 |                  |                          |
| Outros Desembolsos Operacionais                           | 536.642.713     | (2.041.475)      | 534.601.238              |
| Varição Extraorçamentária                                 | 536.642.713     | (2.041.475)      | 534.601.238              |
| Varição Extraorçamentária (Anexo 13)                      | 536.642.713     | (2.041.475) (a)  | 534.601.238              |
| <b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b> | 8.658.114.164   | 2.041.475        | 8.660.155.639            |
| <b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>   | (1.818.777.524) | 2.041.475        | (1.816.736.049)          |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial                     | 24.080.900.624  | 7.754.765 (a)    | 24.088.655.389           |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Final                       | 22.262.123.100  | 9.796.240 (a)    | 22.271.919.340           |

(a) Saldos alterados em função de duas empresas estatais terem seus status de não dependentes modificados para dependentes no exercício de 2016.

(b) Reclassificação das obrigações com precatórios com vencimentos no curto prazo da rubrica de Demais Obrigações para a rubrica de Fornecedores e Contas a Pagar, visando o atendimento ao PCASP.

(c) Reclassificação das obrigações com precatórios com vencimentos no longo prazo da rubrica de Demais Obrigações para a rubrica de Fornecedores e Contas a Pagar, visando o atendimento ao PCASP.



## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### SECRETARIA DA FAZENDA

#### COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

#### CONTADORIA GERAL DO ESTADO

## BALANÇO GERAL

### CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016

### 3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSOLIDADO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

NOTAS EXPLICATIVAS